

CMN examina hoje conversão de dívida

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, confirmou ontem que o Conselho Monetário Nacional (CMN) apreciará, hoje, o projeto de conversão de parte da dívida externa brasileira em investimentos. O CMN também criará condições para que o sistema financeiro opere com prazos mais longos no financiamento às empresas privadas.

Bresser Pereira ressaltou que a conversão da dívida se processará através de leilões, com a participação reduzida do Ministério da Fazenda e Banco Central, para evitar "pressões de corrupção". O projeto de conversão, elaborado pelo Banco Central, destinará 50% dos recursos obtidos, no mínimo e por determinação do presidente Sarney, ao Nordeste. Para caracterizar a conversão em capital realmente de risco, deverá ser proibida a sua aplicação em setores em que o governo tenha de garantir rentabilidade mínima. Será permitida a compra de crédito brasileiro no Exterior para aplicação no País e a remessa de lucros antes do prazo de cinco anos. O prazo de permanência do capital no Brasil, no entanto, permanecerá o de 15 anos.

Para criar condições de alongamento do perfil da dívida do setor privado, o CMN deverá aprovar que o Banco Central passe a liberar aos bancos privados parte do que são obrigados a recolher como depósito compulsório ao próprio BC, desde que para aplicação em empréstimo de longo prazo.

O diretor da área bancária do Banco Central, Waldir Wadico Buchi, negou, ontem, que o CMN venha a criar a OTN pró-rata, ou a OTN diária que seria utilizada como indexador das aplicações de curto prazo e a Receita Federal não concordou, ainda, com alterações nos cálculos da OTN/Fiscal, divulgada diariamente mas apenas para efeito de tributação sobre os ganhos de capital.

COMITÊ

Chega amanhã ao Brasil o subcomitê de economia dos bancos credores, que deverá passar duas semanas no País para elaboração de um plano financeiro conjunto. A missão, composta por Iлона Bier, Arthuro Porsikanski e Ton Tresat, colherá dados com base nos quais os credores elaborarão a proposta de novo acordo para a dívida referente ao ano de 1987 e que deverá ser concluído até o início de janeiro.